

**EMENDA Nº - CCJ**  
**(À PEC nº 32, de 2022)**

Acrescente os seguintes parágrafos ao art. 122 da PEC 32/2022:

"Art. 122 .....

§ 4º Do valor previsto no caput, nos exercícios de 2023 e de 2024, a União transferirá aos entes federados, a título de apoio financeiro a ser integralmente aplicado em saúde, o montante de:

I - R\$ 7.200.000.000,00 (sete bilhões e duzentos milhões de reais), aos municípios, nas proporções aplicáveis ao FPM; e

II - R\$ 3.600.000.000,00 (três bilhões e seiscentos milhões de reais), aos estados, nas proporções aplicáveis ao FPE.

§ 5º Os recursos de que trata o § 4º não serão computados pela União ou pelos entes beneficiados para apuração das aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde constante do § 2º do art. 198 e em manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o caput do art. 212.”(NR)

**JUSTIFICATIVA**

A Lei nº 14.434, de 2022, estabeleceu o piso salarial nacional da enfermagem. Entretanto, decisão do Supremo Tribunal Federal condicionou a aplicação do referido piso à existência/disponibilização de recursos para que Estados e Municípios suportem essas despesas.

O Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados para discussão do PL nº 2.564, de 2020, que deu origem a Lei nº 14.434, estimou os seguintes valores com a implementação da norma:



**Tabela 4 – Estimativa de impacto da aprovação do PL nº 2.564/2020**

					(Em R\$ milhões)
NATUREZA JURÍDICA ESPECIAL	ENFERMEIRO	TECNICO DE ENFERMAGEM	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	PARTEIRA LEIGA	TOTAL
Setor Público Federal	14,17	7,78	2,59	0,01	24,55
Setor Público Estadual	396,78	674,33	311,48	0,08	1.382,66
Setor Público Municipal	1.092,37	2.099,10	368,62	1,77	3.561,86
Setor Público - Outros	17,37	57,06	0,96	-	75,39
Entidade Empresa Estatal	10,74	34,33	0,11	-	45,17
Entidade Empresa Privada	1.055,23	4.019,43	199,74	0,17	5.274,56
Entidades sem Fins Lucrativos	1.187,74	4.448,21	157,00	0,08	5.793,04
Pessoa Física e outras Organizações Legais	16,26	38,46	6,72	0,00	61,45
<b>Total</b>	<b>3.790,67</b>	<b>11.378,70</b>	<b>1.047,21</b>	<b>2,11</b>	<b>16.218,69</b>
Elaboração própria com base em dados da RAIS 2020 (consulta em 10/5/2022)					

Para disponibilizar os recursos necessários para tornar realidade o piso salarial da enfermagem, propomos a destinação pela União de recursos aos Estados e Municípios para fazer frente a esses custos, inclusive com recursos a serem repassados às Entidades sem Fins Lucrativos que contratualizam junto aos gestores locais.

Os recursos destinados às despesas próprias dos Estados e Municípios serão os estimados pelo Grupo de Trabalho. Os recursos destinados às Entidades sem Fins Lucrativos serão distribuídos conforme o percentual de valores repassados a essas entidades por meio de contratualização estadual e municipal, que corresponde à 37% e à 63%, respectivamente.

Por se tratar de recursos extraordinários e que não terão continuidade ao longo do tempo, entendemos a relevância de evitar que esse valor seja ampliado no cálculo das aplicações mínimas constitucionais devidas pelos estados e pelos municípios. Além disso, ao destinar esses recursos para fazer frente ao custo do financiamento do piso salarial da enfermagem, considerar esses recursos nas aplicações mínimas de saúde e educação implicará em aumento de gastos dos entes com recursos próprios. Dessa forma, propomos a inclusão do § 5º no texto dessa emenda constitucional.

Sala das Comissões,        de dezembro de 2022.

**Senador *Davi Alcolumbre***  
União Brasil/AP



SF/22173.85925-10